

Coelho, Fabiano

Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e  
áreas obtidas

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em  
História, vol. 20, núm. 2, 2016, pp. 179-192  
Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305549078013>



## Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n2.34575>

Fabiano Coelho

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Professor Adjunto do curso de História da UFGD. E-mail: [fabianocoelhoufgd@gmail.com](mailto:fabianocoelhoufgd@gmail.com).

### Resumo

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002) teve papel relevante na consolidação de políticas voltadas ao campo e ao processo de reforma agrária no Brasil. O objetivo do artigo é refletir sobre o perfil e as tensões envoltas na política de reforma agrária do governo FHC, e os desdobramentos dessa política face ao número de famílias assentadas e áreas obtidas para fins de reforma agrária no Brasil. Utiliza-se como fonte textos de pesquisadores que estudaram os caminhos e descaminhos da reforma agrária brasileira e dados do “Banco de Dados da Luta Pela Terra” (DATALUTA/NERA/Unesp/Presidente Prudente). Compreende-se que, no Governo FHC, apesar do número de famílias assentadas e áreas obtidas terem avançado de forma considerável em relação a governos anteriores, a reforma agrária foi tratada de forma marginal, e o governo, por vezes, negou as lutas e o protagonismo dos movimentos sociais do campo.

### Abstract

**Agrarian Reform in FHC Government: profile, stresses, number of settled families and obtained areas**

The government of President Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002) played a significant role in the consolidation of policies directed to the countryside and the agrarian reform process in Brazil. The aim of this paper was to reflect on the profile and stresses involved in agrarian reform policy of the FHC government, and the ramifications of this policy in light of the number of settled families and areas obtained for agrarian reform in Brazil. It was used as source texts of researchers who studied the ways and waywardness of the Brazilian agrarian reform and data from the “Fight for Land Database” (DATALUTA/NERA/Unesp/Presidente Prudente). It is understood that during the FHC government, despite the number of settled families and obtained areas have considerably advanced when compared to previous governments, agrarian reform was treated marginally, and the government sometimes denied the struggles and the leadership role of social movements in the countryside.

### Resumen

**Reforma Agraria en el Gobierno FHC: perfil, tensiones, número de familias asentadas y áreas obtenidas**

El gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002) tuvo un importante papel en la consolidación de políticas en beneficio del campo e del proceso de reforma agraria en el Brasil. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el perfil y las tensiones implícitas en la política de reforma agraria del mencionado gobierno así como los desdoblamientos de esa política en virtud del número de familias asentadas y de las áreas obtenidas para la reforma agraria en el Brasil. Son fuentes para esta investigación textos de investigadores que estudiaron los caminos y descaminos de la reforma agraria brasileña y datos del “Banco de Dados da Luta Pela Terra” (DATALUTA/NERA/Unesp/Presidente Prudente). La conclusión a la cual se llega es la de que en el gobierno FHC la reforma agraria fue tratada de forma marginal y que el gobierno mismo muchas veces negó las luchas y el protagonismo de los movimientos sociales del campo, a pesar del avance considerable experimentado, en relación a gobiernos anteriores, cuanto al número de familias asentadas y cuanto al área total obtenida para la reforma agraria.

### Keywords:

FHC; Reforma Agrária; Brasil;  
DATALUTA

### Palabras Clave:

FHC; Reforma Agraria; Brasil;  
DATALUTA

O tema reforma agrária pautou e ainda pauta muitos debates na sociedade brasileira, seja pelos movimentos sociais ou pelas ações e perspectivas políticas dos governos. O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) fora eleito no ano de 1994 e reeleito no ano de 1998, ou seja, governou o Brasil por oito anos (1995-2002)<sup>1</sup>. O governo FHC teve papel relevante no encaminhamento de políticas voltadas ao campo e à reforma agrária<sup>2</sup>.

A proposta do trabalho é analisar o perfil e as tensões em torno da política de reforma agrária do governo FHC e os desdobramentos dessa política sobre o número de famílias assentadas e áreas obtidas para fins de reforma agrária. Para tanto, utilizou-se como referência estudiosos do assunto, dentre eles: Bernardo Mançano Fernandes, Sérgio Leite, Leonilde Sérvalo de Medeiros, Carlos Alberto Feliciano, José de Souza Martins, dentre outros. Esses pesquisadores contribuíram de forma significativa na compreensão dos caminhos e descaminhos da reforma agrária e luta pela terra no Brasil.

Em relação ao número de famílias assentadas e áreas obtidas para reforma agrária,

tem-se como fonte os dados apresentados pelo ‘Banco de Dados da Luta pela Terra’ (DATALUTA). O DATALUTA é um dos bancos de dados mais abrangentes e atualizados sobre reforma agrária do Brasil, e sua organização é produzida pelo Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Presidente Prudente/SP)<sup>3</sup>. Observa-se que o artigo não analisa a estrutura e qualidade dos assentamentos rurais criados no governo FHC, mas reflete sobre a quantidade de áreas obtidas e famílias assentadas. A luta pela terra e, posteriormente, a luta para permanecer nela envolve vários e distintos fatores, todavia, as áreas obtidas e a criação de assentamentos, num primeiro momento, tornam-se basilares para legitimar e fortalecer as políticas de reforma agrária.

A conjuntura política que legitimou a vitória de FHC para presidente do país foi bem particular. O Brasil, na época, completava uma década após Regime Militar (1964-1984), e tinha sido governado pelos presidentes José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Nesse contexto, havia diversas tensões, sobretudo, pela

1 Sobre o perfil político, econômico e social do governo FHC, ver: Faleiros et al. (2004), Lesbaupin (1999), Nobre (2013), Paulino (2010) e Sallum Jr. (2000). As referências das obras desses e demais autores citados em nota de rodapé serão apresentadas de forma completa nas ‘referências bibliográficas’.

2 Entre estudiosos da temática ‘reforma agrária’, movimentos sociais do campo e governos existem discussões tensas e, por vezes, controversas, sobre o conceito reforma agrária. Indica-se a leitura do texto de Estevan L. Freitas Coca e Bernardo Mançano Fernandes (2009) para compreender três concepções de reforma agrária discutida no cenário brasileiro, sendo elas: ‘reforma agrária clássica’, ‘política de assentamentos’, e ‘reforma agrária dos movimentos sociais progressistas’. Este artigo, de forma breve, tecerá algumas reflexões sobre perspectivas distintas de se compreender ‘reforma agrária’ e ‘família assentada’. Nessa direção, entende-se como reforma agrária todo ato ou ação política que vise a criação e organização de assentamentos rurais (seja por meio de desapropriação de terras, regularização fundiária, etc.) e que tendem a redistribuição da terra para aqueles que nela almejam trabalhar e viver. Por mais que a propriedade da terra no Brasil seja altamente concentrada nas mãos de poucas famílias, as ações de reforma agrária são fundamentais para legitimar a função social da terra e fortalecer as lutas e demandas dos movimentos sociais.

3 Os dados computados pelo DATALUTA são organizados a partir das seguintes fontes de informação: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terras (ANOTER), e dados levantados de diários nacionais e regionais de grupos de pesquisa. Os dados obtidos são confrontados anualmente; a reunião, confrontação e sistematização desses dados formam o ‘Banco de Dados DATALUTA’. O referido banco de dados tornou-se uma referência nacional e internacional para os estudiosos da questão agrária brasileira.

crise política instaurada após o *impeachment* de Collor, no final do ano de 1992<sup>4</sup>. No plano político, a “Nova República” ainda era visualizada por analistas políticos como a face do arcaico, considerando os parlamentares que compunham o Congresso Nacional. Ou, como dissera Maria Helena Capelato, a Nova República que nascia era “[...] na mesma moeda, a outra face da **Velha República**” (CAPELATO, 1988, p. 57, grifo nosso).

Em 1994, a criação do Plano Real<sup>5</sup>, que visava estabilizar a economia e controlar a inflação, foi ímpar no sucesso eleitoral de FHC. Esse plano foi conduzido por FHC, então senador da República e que, a partir de maio de 1994, estava à frente do Ministério da Fazenda. A engenhosa criação do Plano Real foi fundamental para a popularidade de FHC e lhe rendeu dividendos políticos. No período, FHC ficou conhecido como o ‘pai do Plano Real’, e, para muitos analistas políticos, esse plano decidiu a sucessão de Itamar na presidência.

Desde a redemocratização do país, em 1984, criaram-se expectativas por parte dos movimentos sociais do campo de que o processo de reforma agrária poderia ser acelerado. As demandas sociais em relação ao acesso à terra eram significativas, contudo, as ações e políticas dos governos face a desapropriação de terras e criação de assentamentos rurais até então foram insuficientes. Pode-se citar a elaboração e

aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo Sarney, no início do ano de 1985, que não teve êxito e nem conseguiu apoio necessário entre os parlamentares no Congresso Nacional<sup>6</sup>. Nos governos posteriores, dos presidentes Collor e Itamar, as políticas de reforma agrária foram muito tímidas, para não dizer pífias. E, no caso do governo Collor, os movimentos sociais foram constantemente isolados e reprimidos (COLETTI, 2005; LERRER, 2008; CARTER, 2010; FERNANDES, 2000).

As tensões em torno do tema reforma agrária no governo de FHC<sup>7</sup> foram expressivas, em especial, porque o presidente e seu governo não agradavam lideranças políticas dos movimentos sociais do campo, sobretudo, as do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>8</sup>. Por parte do MST, o governo FHC foi representado como “continuismo” de políticas conservadoras que vinham sendo gestadas desde o Regime Militar (1964-1984) (COELHO, 2014), e não daria importância à reforma agrária e aos pequenos produtores rurais. Nesse sentido, o governo FHC assumiu a pauta da reforma agrária sob pressão dos movimentos sociais e de grupos de intelectuais que se simpatizavam pela causa.

Embora o tema reforma agrária estivesse nos programas políticos de FHC (eleições de 1994 e de 1998), a reforma agrária, em seus dois

4 Sobre o governo Collor, ver: Nobre (2013), Costa (2000), Ribeiro (2004), Senra (2001) e Fausto (2012).

5 No que tange ao Plano Real, ver Paulino (2010) e Singer (1999).

6 Em relação ao PNRA, elaborado e aprovado no Governo Sarney, ver Silva (1987, 1996); Coletti (2005) e Lerrer (2008).

7 Fernando Henrique Cardoso, conhecido como FHC, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1931. Licenciou-se em Ciências Sociais no ano de 1952 e defendeu sua tese de Doutorado em 1961, na Universidade de São Paulo (USP). Em seguida, tornou-se professor auxiliar, assistente, livre docente e emérito do Departamento de Sociologia da USP. Em sua trajetória acadêmica, FHC destaca-se por possuir um currículo reconhecido nacional e internacionalmente. Ingressou na vida política com quase cinquenta anos, em 1978, para disputar a eleição do Senado, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na ocasião, foi eleito senador suplente, assumindo a titularidade em 1983. Em 1986 elegeu-se senador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido pelo qual foi líder no Senado. FHC contribuiu decisivamente para a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e se tornou um dos líderes do partido.

8 Sobre a organização, atuação e desenvolvimento do MST, ver Fernandes (2000), Stedile (1997), Silva (2004b), Lerrer (2008), Carter (2010), Coletti (2005) e Silva (2004a).

governos, não foi tratada como prioridade e nem esteve inserida dentro de uma política de desenvolvimento nacional. Devido às ações dos movimentos sociais do campo e de alguns acontecimentos como a ‘Marcha Nacional do MST’<sup>9</sup>, em 1997, os massacres de ‘Corumbiara’<sup>10</sup>, em Rondônia, em 1995, e o de ‘Eldorado dos Carajás’<sup>11</sup>, no Pará, em 1996, a reforma agrária teve que, no mínimo, entrar em algumas pautas do governo. Já em seu segundo ano na presidência (1996), FHC criou o Gabinete Extraordinário de Política Fundiária, mais tarde transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A ênfase na ‘abertura’ e ‘estabilidade econômica’<sup>12</sup> do governo FHC favoreceu significativamente o modelo de produção das

grandes propriedades, voltadas à exportação, que passou a ser chamado de ‘agronegócio’. Considera-se o agronegócio como um conjunto de sistemas abrangente, que reúne, de forma diferenciada, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico (FERNANDES, 2013). Esse modelo se desenvolveu com intensidade na década de 1990, a partir das corporações nacionais e transnacionais, e se tornou um ‘inimigo comum’<sup>13</sup> dos movimentos sociais do campo.

O agronegócio deriva do modelo estadunidense chamado *agribusiness*. O conceito foi elaborado por John Davis e Ray Goldberg, que tomaram como referência o agrupamento dos sistemas agrícola, pecuário, industrial e

9 A Marcha Nacional do MST teve início em 17 de fevereiro de 1997 e foi composta por três colunas que saíram de regiões diferentes do Brasil, sendo São Paulo (SP), Governador Valadares (MG) e Rondonópolis (MT). A marcha durou dois meses de caminhada até chegar a Brasília, no dia 17 de abril, onde os Sem Terra (integrantes do MST) foram recebidos por aproximadamente cem mil manifestantes. Ela foi a primeira grande manifestação realizada no e contra o Governo FHC. A marcha era uma prova concreta de que os sujeitos Sem Terra tinham capacidade e poder para se organizar e mobilizar milhares de pessoas. Também, o MST exigia na marcha a punição para os responsáveis pelo massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás. Na ocasião, participaram diversos artistas e personalidades nacionais, dentre eles: Chico Buarque de Holanda. Sobre a marcha (CHAVES, 2000).

10 O massacre de Corumbiara aconteceu na Fazenda Santa Elina, área ocupada por centenas de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Na madrugada do dia 9 de agosto de 1995, 194 policiais e dezenas de jagunços fortemente armados cercaram o acampamento dos trabalhadores. Sem perspectiva de diálogo para a desocupação da área, policiais e jagunços aterrorizaram o local com muita violência e o total de mortos no conflito foi de onze pessoas, inclusive uma criança de apenas seis anos de idade. Em seu primeiro ano como presidente, FHC teve que enfrentar as repercussões do massacre, pois a reforma agrária era atribuída à sua competência (MESQUITA, 2001).

11 O dia 17 de abril de 1996 protagonizou o massacre de Eldorado dos Carajás, talvez, o conflito por terra mais emblemático do Brasil, a partir da década de 1980. Nesse dia, 1.500 sem-terra, que estavam acampados na região de Eldorado dos Carajás, organizaram uma marcha em protesto pela demora de desapropriações de terras no estado do Pará, e obstruíram a rodovia PA-150, que liga o município de Belém ao Sul do estado. Aproximadamente, 155 policiais foram ordenados pelo governador Almir Gabriel (PSDB) e pelo secretário de segurança do estado, Paulo Sette Câmara, a retirarem os sem-terra da rodovia. Chegando ao local, os policiais partiram para o confronto utilizando bombas de gás lacrimogêneo e os sem-terra revidaram com paus e pedras. Em seguida, a polícia abriu fogo contra os sem-terra e a tragédia estava anunciada: 19 trabalhadores rurais mortos, centenas de feridos e 69 trabalhadores mutilados. O Setor de Direitos Humanos do MST, junto com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), e a Comissão Pastoral da Terra (CPT- Marabá/PA), elaborou um material interessante sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, demonstrando como foi o ocorrido e os desdobramentos judiciais sobre o caso (MST, 1999).

12 Sobre a abertura e estabilidade econômica divulgada e defendida pelo governo FHC (NOBRE, 2013; PAULINO, 2010; FALEIROS et al., 2004).

13 De acordo com Fernandes (2008, p. 77), “[...] o inimigo comum dos movimentos camponeses em todo o mundo chamassem agronegócio. Ser um movimento camponês na América Latina significa lutar pela reforma agrária e contra o agronegócio. Os países da América Latina possuem as concentrações fundiárias mais altas do mundo e seus territórios são intensamente controlados pelas corporações multinacionais”.

mercantil formados na primeira metade do século XX (DAVIS; GOLDBERG, 1957). No contexto contemporâneo, o agronegócio também incorporou os sistemas financeiro e tecnológico, além de um aparato ideológico que o lança como um modelo moderno e eficaz de produção de alimentos, fibras e agroenergia.

Na visão de Fernandes, o agronegócio passou a ser, estrategicamente, a nova denominação do “latifúndio” (FERNANDES, 2013, p. 191-192). Seu modelo em si não é novo e sua origem está no ‘sistema plantation’, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Ao se criar um aparato ideológico sobre o termo ‘agronegócio’ e ao se suprimir a palavra ‘latifúndio’, encontra-se uma maneira de se ‘modernizar’ um modelo de produção antigo, baseado na concentração de terras e na monocultura para exportação. Para Fernandes (2004, p. 3), o agronegócio:

[...] procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas. Torna-se o espaço por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Ele é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

Na acepção brasileira, o agronegócio se caracterizou pela associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade da terra, a partir de monocultivos. Conforme Guilherme Costa Delgado, “[...] essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2010, p. 81, p. 94). Com a forma de estruturação do agronegócio no Brasil, cria-se um obstáculo para o desenvolvimento das

pequenas propriedades, pois a tendência do agronegócio é “[...] expelir a agricultura familiar brasileira [...]” por sua estratégia de expansão e controle de terras (DELGADO, 2010, p. 98). Historicamente, os pequenos produtores viveram às margens da grande propriedade, em condições precárias, contudo, vivos, resistindo e produzindo. O agronegócio, à moda brasileira, visa ao crescimento e ao desenvolvimento econômico sem equidade, ou seja, gera desenvolvimento particular, sem perspectiva de contribuir com a promoção social e se fundamenta em interesses particulares de poucos grupos.

Ao analisar os oito anos do governo FHC, entende-se que os dois mandatos foram marcados por diferentes políticas de reforma agrária. No primeiro mandato, o presidente acreditava que eliminaria os conflitos por terra realizando uma “[...] ampla política de assentamentos” (FERNANDES, 2008, p. 78-79). Ou seja, assentando as famílias acampadas resolveria o problema. Todavia, o problema não foi resolvido, sobretudo, porque estruturalmente a questão fundiária não se alterou. A concentração de terras persistiu e a demanda por reforma agrária entre os sem-terra aumentou. No segundo mandato, houve a ênfase no que se denominou ‘reforma agrária de mercado’, o que gerou inúmeras críticas dos movimentos sociais e organizações do campo, como: MST, Comissão Pastoral do Campo (CPT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Mas o que vem a ser ‘reforma agrária de mercado’? A denominada reforma agrária de mercado foi uma política de governo, a qual contou com o apoio financeiro do Banco Mundial<sup>14</sup>. Com essa política desenvolveram-se

14 O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional, criada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial. Sua missão inicial era a de financiar a reconstrução dos países devastados pela guerra. Em seguida, passou a conceder financiamento aos países em desenvolvimento. Tradicionalmente, o presidente do Banco Mundial sempre foi um representante dos Estados Unidos da América (EUA).

projetos nos quais a ênfase estava na integração dos pequenos trabalhadores rurais e na aquisição de terras via mercado, como, por exemplo: o ‘Programa Cédula da Terra’, o ‘Programa Novo Mundo Rural’ e o ‘Programa de Acesso Direto à Terra’. Nessa conjuntura, criou-se também o ‘Banco da Terra’ através da Lei Complementar nº 93, de 1998. A finalidade do Banco da Terra era possibilitar o financiamento de imóveis rurais por “[...] trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária” (BRASIL, 1998, Inciso I, art. 1º).

Os movimentos sociais do campo entendiam o Banco da Terra como a transformação da reforma agrária num ‘grande negócio’, particularmente, para os grandes proprietários de terras interessados em vendê-las. Nos discursos do governo, o Banco da Terra era um avanço e se caracterizava como mais uma alternativa para que os trabalhadores adquirissem terra e recebessem benefícios, pois, com o financiamento, podiam escolher a propriedade que desejasse, negociando diretamente com o vendedor. Além disso, esse ‘tipo’ de reforma agrária evitaria conflitos, enfim, contribuiria com a ‘paz’ no campo.

Um dos programas do governo FHC que compunha sua política de reforma agrária foi o ‘Novo Mundo Rural’. Esse programa se caracterizou por uma política de “[...] desenvolvimento rural com base na agricultura familiar e sua inserção no mercado” (LEITE; MEDEIROS, 2004, p. 365). Na visão governamental, o programa fortaleceria os pequenos produtores rurais e levaria qualidade de vida aos assentamentos. O assentado era visto como um ‘empreendedor’, que devia se ajustar ao mundo dos negócios e se mostrar competitivo. Nessa direção, os assentamentos

ficavam relegados apenas à sua dimensão produtiva e econômica, não sendo considerados também como espaços sociais, ‘lugares do viver’.

Para além do econômico, enfatiza-se a relevância dos assentamentos rurais na produção de alimentos e também na vida dos sujeitos, contribuindo com a geração de empregos, renda e, sobretudo, com a dignidade dos beneficiados<sup>15</sup>. Os assentamentos possuem uma dimensão social tão importante como a dimensão econômica, e não são espaços meramente produtivistas.

Outra ação do governo FHC foi o ‘Programa de Acesso Direto à Terra’, que ficou conhecido nacionalmente como ‘reforma agrária pelos Correios’. Esse programa foi lançado pelo MDA, em fins do ano 2000, com intensa propaganda midiática. O seu funcionamento consistia no preenchimento de um formulário nas agências dos Correios de todo o país, visando ao beneficiamento em algum projeto de reforma agrária. Na retórica do governo, em quatro meses, os trabalhadores receberiam o título de posse. Isto é, o sujeito devia preencher o formulário e esperar em casa. Não era preciso se mobilizar e integrar os movimentos sociais de luta pela terra. A reforma agrária chegaria até os trabalhadores via Correios.

No plano discursivo, o Programa de Acesso Direto à Terra tinha seus méritos, porém, na prática seu desenvolvimento foi complicado, tanto do ponto de vista operacional, com agências dos Correios e servidores despreparados, quanto da sua efetividade em assentar as famílias cadastradas. Grosso modo, esse programa foi um fracasso e as famílias cadastradas ainda estão esperando em suas casas a correspondência dos Correios. Essa ação do governo FHC soou como uma ‘propaganda enganosa’ e tinha como objetivo ‘esvaziar’ os

15 Sobre os caminhos e descaminhos que envolvem os assentamentos rurais (FERREIRA; ALY JUNIOR, 2005; FARIAS, 2002).

movimentos sociais e tirar a responsabilidade do Estado face à reforma agrária.

O 'Programa Cédula da Terra' foi outra ação do governo FHC muito contestada pelos movimentos sociais do campo, pois a sua essência envolvia os 'instrumentos de mercado' para aquisição de terras. Esse programa foi implantado no estado do Ceará, em 1996, e no ano seguinte desenvolveu-se nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, com o apoio do Banco da Terra. Sérgio Leite e Leonilde Medeiros, de forma sintética, explicaram como funcionava esse programa:

O ponto de partida para operacionalização do Programa Cédula da Terra era a constituição de uma associação de pequenos produtores ou sem-terra, que deveria procurar um agente financeiro ou órgão de terra do estado para apresentar uma proposta de assentamento. Analisado o pedido, seria definido o montante de recursos necessários para ir ao mercado e adquirir uma área. Em seguida, o pedido retornaria aos órgãos governamentais para avaliação sobre a qualidade da terra, a adequação do preço, em termos de mercado regional, e, finalmente, a inquestionabilidade da cadeia dominal. Feito isso, seria dado uma carta de crédito à associação para que, por intermédio de um agente financeiro estatal, fosse adquirida a propriedade, em condições de mercado (LEITE; MEDEIROS, 2004, p. 366-367).

A perspectiva mercadológica era o cerne do Programa Cédula da Terra. Instituiu-se um mecanismo de compra e venda da terra com um rótulo de 'reforma agrária moderna'. Para os movimentos sociais do campo e estudiosos do tema, esse programa se caracterizava com uma forma descarada de o governo transformar a reforma agrária num mercado especulativo. Na compreensão de Estevan L. de Freitas Coca e Bernardo Mançano Fernandes, com esse programa os maiores beneficiados foram os donos de grandes propriedades de terras, pois "[...] o latifúndio deixava de ser punido por não cumprir com sua função social, conforme exige a Constituição, tornando-se um ativo

financeiro" (COCA; FERNANDES, 2009, p. 48). Esse entendimento também foi compartilhado por Gilberto Corazza e Carlos Alberto Feliciano, ao enfatizarem que o programa era 'contraditório' e 'negava' a Constituição de 1998 (FELICIANO, 2006, p. 73). Deste modo:

A opção pela reforma agrária de mercado, além de afrontar os preceitos constitucionais, no que diz respeito à função social da terra, beneficia duplamente aos latifundiários para continuar utilizando especulativamente suas propriedades. Primeiro, se ele deseja vender suas terras, o fará a preços de mercado, sem nenhuma punição por tê-la mantida improdutiva; e em geral não respeitar a legislação trabalhista e a questão ambiental. Em segundo lugar, se não desejar vendê-las, permanecerá impune, pois não há mais possibilidades de desapropriação por interesse social (CORAZZA, 2003, p. 54).

Ao dar ênfase aos programas apresentados, o governo FHC criava mecanismos legais para inserir a reforma agrária na perspectiva mercadológica e, em especial, tirar de cena os movimentos sociais do campo como interlocutores e protagonistas do processo. Conforme Feliciano, o governo erigiu um 'espaço institucional' de sustentação política, científica e ideológica, objetivando legitimar as ações do Estado e dos grupos dominantes, sobretudo, por meio da negação das lutas dos movimentos sociais, tidos como arcaicos e sem sentido num país que pretendia se 'modernizar'. O 'espaço institucional' esvaziava o 'caráter político' da reforma agrária, como se ela fosse uma política de 'compensação social' (FELICIANO, 2006, p. 66).

Nessa direção, José Paulino de Carvalho Filho entendeu que o governo FHC adotou um conceito de reforma agrária de caráter "compensatório" e "assistencialista", agindo de forma pontual em algumas localidades e regiões (CARVALHO FILHO, 1998, p. 91). Para Diego Pessoa Irineu França e Pablo Melquisedeque Souza e Silva, as políticas de reforma agrária do

governo FHC serviram “[...] muito mais para conter as tensões sociais desencadeadas no campo, resultantes do novo modelo adotado, do que para promover verdadeiras mudanças estruturais referentes à questão agrária” (FRANÇA; SOUZA E SILVA, 2012, p. 7). E, na concepção de Jair Borin, a reforma agrária ‘não caminhou’ no governo FHC e as políticas voltadas ao campo valorizavam apenas as atividades desenvolvidas pelos grandes proprietários de terras (BORIN, 1997, p. 23-27).

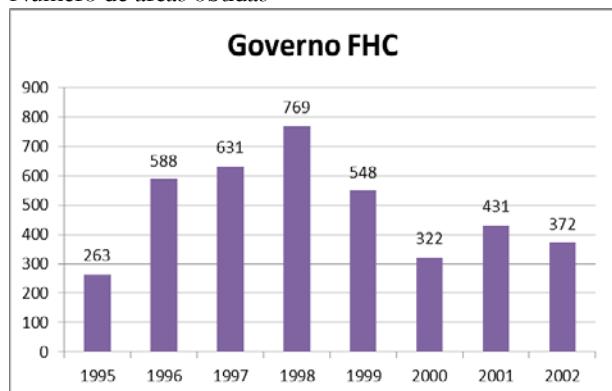
É interessante salientar que, na contramão dos autores citados acima, Sérgio Fausto afirma que FHC obteve ‘sucesso’ em seu programa de reforma agrária, pois havia assentado “[...] mais de 450 mil famílias”, número superior a qualquer governo desde a redemocratização (FAUSTO, 2012, p. 506-507). Nota-se que Fausto reflete de maneira simplista as problemáticas que envolveram a reforma agrária no governo FHC. Aliás, ele não problematiza o processo de reforma agrária no país, na medida em que, por exemplo, pensa em “esgotamento das propriedades improdutivas” em regiões de solo de melhor qualidade, o que inviabiliza o assentamento de famílias em determinadas localidades. Esse discurso se torna um tanto quanto falacioso, pois estudiosos<sup>16</sup> da área apontam que ainda existem muitas terras passíveis de desapropriação em diversas regiões do país.

Entre críticas e oposição dos movimentos sociais do campo, sobretudo, do MST, o governo FHC foi o que mais criou assentamentos e assentou famílias no Brasil, se comparado a governos anteriores<sup>17</sup>. De acordo

com os dados divulgados pelo DATALUTA, no governo Sarney (1985-1989) foram obtidas 825 áreas e assentadas 125.376 famílias; no governo Collor (1990-1992) foram obtidas 167 áreas e assentadas 28.119 famílias; e no governo Itamar (1993-1994) foram obtidas 305 áreas e 34.320 famílias foram assentadas (DATALUTA. *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2011).

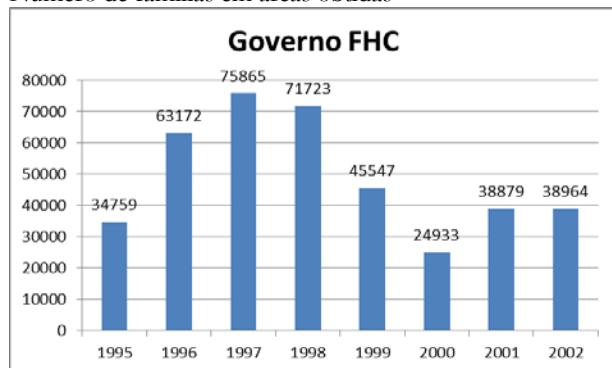
Por meio dos gráficos a seguir, observa-se o número de assentamentos criados e o de famílias assentadas no governo FHC.

Gráfico 1 – Brasil – Assentamentos Rurais (1995-2002) – Número de áreas obtidas



Fonte: DATALUTA. *Banco de Dados da Luta pela Terra* (2011).

Gráfico 2 – Brasil – Assentamentos Rurais (1995-2002) – Número de famílias em áreas obtidas



Fonte: DATALUTA. *Banco de Dados da Luta pela Terra* (2011).

16 Ver dados e textos sobre o assunto na página do Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA), da UNESP/Presidente Prudente/SP.

17 Conforme os números sistematizados e apresentados pelo DATALUTA, o governo FHC também teve índices maiores se comparado ao seu sucessor na presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula (2003-2010). Em relação à quantidade de famílias assentadas, o governo Lula alcançou o índice de 250.329 famílias. No que tange ao número de áreas obtidas, o governo Lula obteve 2.558 áreas. Assim, os índices do governo FHC, tanto no número de famílias assentadas, quanto em áreas obtidas para reforma agrária, também foram superiores aos dois mandatos do governo Lula (DATALUTA. *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2011).

O gráfico nº 1 revela que entre 1995 e 2002 o governo FHC obteve 3.924 áreas para assentamentos rurais no país, tendo o ano de 1998 o maior índice das áreas obtidas. Observa-se que existe diferença considerável das áreas entre o primeiro (1995-1998) e o segundo mandato (1999-2002). No primeiro houve maior ação do governo no sentido de efetuar desapropriação de áreas por interesse social. No segundo mandato, FHC priorizou os programas que compunham a denominada ‘reforma agrária de mercado’, e não as desapropriações. Por ora, as áreas obtidas para assentamentos rurais diminuíram consideravelmente. Mesmo assim, se comparado aos governos anteriores, o governo FHC avançou consideravelmente.

Em relação ao número de famílias assentadas em áreas obtidas para assentamentos rurais, o gráfico nº 2 evidencia que no governo FHC foram assentadas aproximadamente 393.842 famílias. Tal como no gráfico nº 1, existe diferença relevante no que diz respeito ao número de famílias assentadas no primeiro e segundo mandatos. A diferença é de 97.196 famílias, o que revela uma queda significativa no número de famílias assentadas. Nessa reflexão, ressalta-se, novamente, que não se discute a estrutura e nem a qualidade dos assentamentos criados<sup>18</sup>, mas sim a quantidade de áreas obtidas e famílias assentadas. Embora haja críticas sobre as perspectivas de reforma agrária e programas criados pelo governo FHC, torna-se incoerente negar o salto numérico de assentamentos rurais criados e de famílias assentadas.

Até mesmo os estudiosos da reforma agrária reconhecem esse fato, apesar de não atribuírem os méritos ao governo FHC, mas sim, exclusivamente, às lutas e pressões dos trabalhadores rurais sem-terra. Um desses pesquisadores é Fernandes, que reconhece o fato

de FHC ter assentado mais famílias no país, considerando governos anteriores. Entretanto, a criação dos assentamentos não foi fruto do seu governo, mas sim das lutas dos trabalhadores. “A razão pela qual o governo assentou foi porque os sem-terra ocuparam. Não existiria o número atual de assentamentos se dependesse única e exclusivamente de projetos do governo. Essa realidade foi construída pelos sem-terra” (FERNANDES, 2001, p. 241). É inegável que os assentamentos criados no governo FHC foram fruto de um longo processo de lutas dos sem-terra. Todavia, mesmo com o caráter conservador e não priorizando a reforma agrária como parte de um programa de desenvolvimento nacional, há que se considerar o avanço significativo de famílias beneficiadas em assentamentos rurais no governo FHC.

Destaca-se que, os movimentos sociais do campo e alguns pesquisadores da questão agrária brasileira, enfatizavam que o governo FHC não realizava reforma agrária. Suas ações se pautavam em ‘políticas de assentamentos’ que visavam atuar na resolução pontual de algumas áreas e conflitos gerados pelas tensões que envolviam a luta pela terra. Isto é, eram ações localizadas objetivando o assentamento de famílias, sobretudo, em áreas de conflitos. Essa compreensão também era a de Sérgio Leite, que não qualificava as ações do governo FHC, assim como as de governos anteriores, como ‘processo de reforma agrária’, e sim como ações pontuais e setoriais que “[...] têm forçado o governo a dar resposta às ações desencadeadas pelos movimentos sociais, os mais diversos, num período de pelo menos quinze anos para cá, agindo, de certa forma, diferencialmente ao longo deste percurso temporário” (LEITE, 1999, p. 170). A crítica face a essa política era a de que ela não mexia na estrutura fundiária do

18 Fernandes destacou que os assentamentos conquistados no governo FHC foram muito precários, pois os projetos eram incompletos, sem infraestrutura básica, e os assentados não receberam créditos agrícolas e nem investimentos nas áreas (FERNANDES, 2003).

país e nem resolia os problemas de todas as famílias sem-terra, na medida em que era paliativa. A concentração de terras e o domínio dos grandes proprietários continuavam nessa perspectiva.

Outra questão polêmica e tensa no governo FHC era a concepção de ‘família assentada’. O governo computava em seus dados as famílias assentadas por meio de desapropriação de terras, de regularização fundiária e de projetos de colonização, o que gerou inúmeras críticas dos movimentos sociais do campo e de pesquisadores da reforma agrária, dentre eles: Bernardo Mançano Fernandes, Claudinei Coletti, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Alberto Feliciano. Havia também a proeminência do governo assentar famílias no que se denominou de ‘Amazônia Legal’<sup>19</sup> e não em áreas que há muito tempo vivenciava conflitos, fato esse que também gerou críticas e debates em torno das ações de FHC e de sua equipe de governo. Na concepção dos movimentos sociais e de pesquisadores, ao considerar ‘tudo’ como ‘famílias assentadas’, o governo ‘superfaturava’ os dados para atingir suas metas.

Segundo Feliciano (2006, p. 54), o governo FHC dissimulava os dados a partir de uma ‘matemágica’, que atingia os números de acordo com suas estimativas. Outro pesquisador que fez análises críticas sobre os números apresentados pelo governo FHC foi Coletti. Para ele, em primeiro lugar, os dados buscavam esconder a ‘fragilidade’ do governo em sua política de assentamentos, pois o assentamento de trabalhadores na Amazônia Legal, “[...] longe dos grandes centros distribuidores e consumidores, não é, de forma alguma, a melhor estratégia para viabilizar economicamente os assentamentos” (FELICIANO, 2006, p. 54). Em seguida, os dados estavam ‘inflados’, para efeito

de propaganda oficial de seu governo. A estratégia de inflar os dados e assentar trabalhadores na região da Amazônia Legal tinha como objetivo desviar o olhar das regiões em que aconteciam mais conflitos, ocupações e acampamentos. Sobre a propaganda do governo FHC, Coletti ressalta:

A uma pressão efetiva dos movimentos sociais de luta pela terra, o governo Fernando Henrique Cardoso respondeu de maneira enviesada, apresentando números que demonstram a prevalência de **assentamentos** realizados na Amazônia Legal, para sustentar a propaganda e os números oficiais, os quais alardeiam que o governo FHC realizou, em oito anos, a **maior reforma agrária do mundo contemporâneo** (COLETTI, 2005, p. 219-226, grifos nossos).

Mas, o que é família assentada para os movimentos sociais? No caso do MST, o entendimento é que família assentada “[...] precisa receber sua terra, ir morar nela e receber os recursos mínimos para reiniciar sua vida” (AS MENTIRAS..., 1999, p. 10). Desse modo, uma família para ser computada como ‘assentada’, para o MST, devia ‘receber’ uma área nova (fruto de desapropriação) e todos os créditos necessários para o desenvolvimento produtivo da área. Por ora, famílias em áreas de ‘regularização fundiária’ e ‘projetos de colonização’ não poderiam ser computadas (ou consideradas) nos dados. Sublinha-se que os movimentos sociais do campo no Brasil são diversos e heterogêneos, assim, é possível que outros movimentos não tenham a mesma concepção do MST.

Apesar de o entendimento do MST ser compartilhado por diversos pesquisadores da reforma agrária, José de Souza Martins, sociólogo nacional e internacionalmente

19 A chamada ‘Amazônia Legal’ é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (região Norte), além de parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão.

conhecido por seus trabalhos face às questões que envolvem a reforma agrária no Brasil, critica o MST e intelectuais que concebem a reforma agrária unicamente no seu sentido clássico, mais restrito<sup>20</sup>. Ou seja, que os atos de reforma agrária se configurariam única e exclusivamente em ‘desapropriação de novas terras’, não considerando as ‘regularizações fundiárias’ e ‘projetos de colonização’. Assim, destaca:

Qualquer ato do governo em relação à reforma agrária é questionado em nome do fato de que não se trata de reforma agrária. Autores e militantes dizem com frequência que a regularização fundiária da situação dos posseiros na extensa e complicada região amazônica e no centro-oeste não é reforma agrária e não deveria entrar nas estatísticas oficiais da reforma. Estranhíssima interpretação. Todo o atual aparato institucional das oposições para lutar pela reforma agrária nasceu, floresceu e se consolidou com as sangrentas lutas dos posseiros, sobretudo, da Amazônia Legal, para terem seu direito à terra de trabalho reconhecido e legalizado (MARTINS, 2000a e b, p. 106-107).

Martins defende que a “regularização fundiária” é um ato legítimo de reforma agrária. “Apenas quem não reconhece a realidade social do campo pode supor que a regularização é mero ato administrativo sem maior alcance”. E mais: a regularização fundiária dos posseiros de “[...] extensas regiões do país foi e é um legítimo ato de reforma agrária porque impõem limites ao processo expropriatório que daria ao país uma estrutura fundiária muito mais concentrada e latifundista que a atual” (MARTINS, 2000a e b,

20 O pesquisador José de Souza Martins, desde a década de 1970, contribuiu significativamente para o entendimento do campo brasileiro, sobretudo, em relação à estrutura fundiária do país, aos processos de expropriação e exploração dos trabalhadores, e aos caminhos e descaminhos da reforma agrária. A partir da década de 1990, Martins produziu obras como *Reforma Agrária: o impossível diálogo* (2000), *A Chegada do Estranho* (1993) e, mais recentemente, *A Política do Brasil: lúmpen e místico* (2011), que geraram repercussões polêmicas entre os pesquisadores da área e os movimentos sociais do campo. Essas e outras obras contrariam algumas das suas concepções sistematizadas nas décadas de 1970 e 1980; e evidenciam o seu rompimento com o Partido dos Trabalhadores, MST e CPT, inclusive, com duras críticas a essas organizações.

21 Ressalta-se que, o MST e demais movimentos sociais do campo, defendem que a reforma agrária (conquista da terra) deve ser acompanhada de outras políticas como: créditos, infraestrutura, saúde, escola, lazer, etc.

p. 107-108). Nessa direção, critica aqueles que consideravam os atos do governo FHC como ‘políticas de assentamentos’ e não ‘reforma agrária’. Também destaca que reforma agrária é “[...] todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactuados da sociedade” (MARTINS, 2000a e b, p. 107-108). Para Martins, em 2000, era inútil dizer que havia “[...] 4,5 milhões de famílias sem-terra em todo o Brasil, se apenas cerca de sessenta mil assumem essa identidade” (MARTINS, 2000a e b, p. 107-108). Isto é, estavam acampadas. O autor defende que a reforma agrária, nos moldes do MST, era historicamente impossível, se pensada no contexto brasileiro contemporâneo.

Para o MST e alguns pesquisadores -, dentre eles: Fernandes (2000, 2001), Coletti (2005) e Feliciano (2006) -, a concepção de reforma agrária se pauta essencialmente na democratização da propriedade da terra, de modo em que se resolva o problema da concentração fundiária no país. Assim, idealiza-se um programa de desapropriação de terras, de forma rápida e regionalizada, assentando todas as famílias sem-terra. Em síntese, a perspectiva de reforma agrária do MST visa romper com a estrutura fundiária do país, de caráter concentracionista<sup>21</sup>. Nesse sentido, entra-se em contraposição com as políticas de reforma agrária do Estado, cujas ações são pontuais e não objetivam desconcentrar a propriedade da terra.

Havia, então, diferenças de entendimento entre movimentos sociais do

campo (em especial, o MST), governo FHC e intelectuais que estudavam as problemáticas que envolviam os processos de reforma agrária no Brasil. Diferenças à parte, a compreensão consensual é a de que a reforma agrária no país nunca foi visualizada pelos governos e governantes como prioridade e parte de um projeto de desenvolvimento nacional. Os movimentos sociais do campo tiveram muitas conquistas, em especial, a partir da década de 1970. Mas, no jogo político, suas ações e projetos entraram sempre em confronto com as elites agrárias e governantes ligados a elas. A concentração de terras permaneceu intocada<sup>22</sup> e, quando muito, questionada em relação ao cumprimento das suas funções sociais.

O Brasil continua como uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012), e os grupos do agronegócio orientam e planejam o modelo da agricultura e os fomentos para o campo. A concentração de terras é revelada por meio da concentração de riquezas e do patrimônio, e por meio do controle dos bens de produção. A lógica que compõe a estrutura fundiária brasileira se fortalece na renda e na produção das desigualdades sociais. Para Delgado, o caráter da política fundiária brasileira é a 'frouxidão', não há fiscalização, as leis são ultrapassadas e com muitas brechas (DELGADO, 2010, p. 101). Frente a essa 'frouxidão', as possibilidades de alteração do quadro da estrutura fundiária do país se tornam ainda mais complexas e distantes.

No governo FHC, o fomento de programas como Novo Mundo Rural, Acesso Direto à Terra e Cédula da Terra, a partir de um perfil mercadológico, negava a luta dos movimentos sociais e retirava o caráter político da reforma agrária. De certa forma, esses programas mascaravam e tiravam o foco dos

conflitos gerados pela problemática agrária brasileira. Também, isolavam e desmobilizavam os movimentos sociais e eximiam o Estado da responsabilidade de realizar a reforma agrária. Em vez de mobilizações, construía-se a ilusão de que todos os trabalhadores rurais interessados podiam comprar seu lote de terra ou se cadastrar pelo Correios, de forma tranquila e sem dificuldades. Ao visualizar a terra como mercadoria, esses programas contrapunham o sentido atribuído a ela pelos movimentos sociais, que era o de 'terra de trabalho e do viver'.

Os assentamentos conquistados pelos sem-terra simbolizam a força, luta e resistência dos movimentos sociais do campo, mas as conquistas, infelizmente, estão às 'margens' dos latifúndios. A concentração fundiária no Brasil foi e é uma realidade, e está sob a proteção do próprio Estado. Historicamente, a reforma agrária foi uma demanda social ignorada pelos governos brasileiros, e a redemocratização do Brasil, na década de 1980, não garantiu a democratização da terra.

## Referências

- AS MENTIRAS do governo FHC. *Jornal Sem Terra*. São Paulo, ano XVII, n. 186, p. 10, jan./fev. 1999.
- BORIN, Jair. Reforma agrária no governo FHC. In: BIANCHI, Álvaro et al. *A crise brasileira e o governo FHC*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 21-27.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei Compementar nº 93, de 1998*. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

22 Ver dados sobre o índice de concentração de terras no Brasil em DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (2011).

- CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Agrária. *Praga – Estudos Marxistas*. São Paulo, n. 2, p. 89-96, 1998.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. Uma discussão sobre o conceito de reforma agrária: teoria, instituições e políticas de governo. *Revista História & Luta de Classes*. Marechal Cândido Rondon, Ano 5, n. 8, p. 43-49, nov. 2009.
- COELHO, Fabiano. *Entre o bem e o mal: representações do MST sobre os presidentes FHC e Lula (1995-2010)*. 2014. 440 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- CORAZZA, Gilberto. *O MST e um projeto popular para o Brasil*. 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Santo Ângelo, 2003.
- DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University Press, 1957.
- COSTA, Tarcísio. Os anos noventa: o acaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 247-282.
- DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 81-112.
- FALEIROS, Vicente de Paula et al. *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004.
- FARIAS, Marisa de F. Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. 2002. 409f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.
- FAUSTO, Sérgio. Modernização pela via democrática. In: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2012. p. 467-566.
- FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. O MST mudando a questão agrária. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil Não é Mais Aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 237-245.
- \_\_\_\_\_. *Reforma agrária no Governo Lula: a esperança*. 2003. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA\\_R\\_A.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_R_A.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2014.
- \_\_\_\_\_. Agronegócio: a nova denominação do latifúndio. *Jornal Sem Terra*, São Paulo, ano XXIII, n. 243, p. 3, 2004.
- \_\_\_\_\_. O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. In: OSAL. Año IX, nº 24, octubre de 2008. p. 73-85.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Eliane Constantino. Políticas Fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. *Land Governance in Brazil. Framing the Debate Series*, n. 2. ILC, Roma, 2012. Disponível em: <[http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/1372/FramingtheDebateBrazil\\_Portuguese.pdf](http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/1372/FramingtheDebateBrazil_Portuguese.pdf)>. Acesso em: 6 set. 2014.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY JUNIOR, Osvaldo (Org.). *Assentamentos rurais: impasses e dilemas. Uma trajetória de 20 anos*. São Paulo: ABRA/UNIARA/INCRA, 2005.
- FRANÇA, Diego Pessoa Irineu; SOUZA E SILVA, Pablo Melquisedeque. A política de reforma agrária nos governos FHC e Lula e seus rebatimentos na Região do Brejo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU. p. 1-17.
- LEITE, Sérgio. Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 153-180.
- LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. Marchas e contra-marchas na política agrária. In: FALEIROS, Vicente de Paula et al. *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004. p. 361-389.
- LERRER, Debora Franco. *Trajetórias de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA, Rio de Janeiro, 2008.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000a.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, fev. 2000b.

\_\_\_\_\_. *A Política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MESQUITA, Helena Angélica de. *Corumbiara: o massacre dos campesos*. Rondônia, 1995. 2001. 286f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MST. *Massacre de Eldorado dos Carajás*. Caderno de Direitos Humanos. 1999.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PAULINO, Luís Antonio. O Plano Real e os dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002). In: PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). *Economia e sociedade: da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 281-309.

RIBEIRO, Renato Janine. A política como espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 31-40.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, fev. 2000.

SENRA, Stella. Mídia, política e intimidade: permutas entre a esfera pública e a imagem na era Collor. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 41-60.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e mulheres em movimento - relações de gênero e subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004a.

SILVA, Émerson Neves da. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: Unisinos, 2004b.

SILVA, José Graziano da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária brasileira na virada do milênio. Campinas: ABRA, 1996.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 25-44.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

## Fontes

DATALUTA. *Banco de Dados da Luta pela Terra*, 2011. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)>.

NERA. Núcleo de Estudos da Reforma Agrária. Presidente Prudente, UNESP. Disponível em? <<http://www2.fct.unesp.br/nera>>.